



PROJETO DE LEI Nº /2025
DATA: 05/12/2025

SÚMULA: “Dispõe sobre a criação de cargo público temporário que especifica e dá outras providências”

Faço saber que a **Câmara Municipal de Mariópolis**, Estado do Paraná, aprovou e eu, **Prefeito Municipal**, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica criado o **cargo público temporário** de Servente, conforme carga horária, número de vagas e valor dos vencimentos descritos na tabela a seguir:

Cargo público temporário	Carga horária Semanal	Nº de vagas	Vencimentos
Servente (a)	40h	10 + CR	1984,00

Parágrafo Único: A descrição das atribuições e pré-requisitos do cargo encontra-se no **Anexo I**, que é parte integrante da presente Lei.

Art. 2º - A criação do **cargo público temporário** estabelecidos no artigo I desta Lei, tem fundamento no artigo 37, inciso IX da Constituição da República Federativa do Brasil tendo em vista a especificidade e temporariedade visando exclusivamente o atendimento das demandas transitórias estabelecidas pelo Departamento Municipal de Obras Viação e Serviços Urbanos.

Art. 3º - A contratação do **cargo público temporário** criado por esta Lei não gerará estabilidade para seu detentor e será precedido, obrigatoriamente do devido Processo Seletivo mediante especificações em Edital, obedecendo rigorosamente à ordem de classificação dos aprovados, pelo prazo máximo de **12 (doze) meses**, renovável por igual período, podendo ser rescindido unilateralmente a bem do serviço público ou na ocorrência de infrações no desempenho das atribuições de cada cargo.

Art. 4º - As contratações serão feitas pelo **REGIME DA CLT (CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO)** e vinculadas ao Regime Geral de Previdência Social.

§1º- Aos cargos temporários aplicam-se as normas do Estatuto dos Servidores Municipais referente aos deveres, proibições, responsabilidades e penalidades dos servidores efetivos, bem como apuração das infrações disciplinares.





§2º - É vedado o desvio de função dos ocupantes dos cargos públicos temporários criados por esta Lei.

Art. 5º - As despesas decorrentes da criação do cargo público temporário correrão à conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 6º - Fica autorizada a realização de Processo Seletivo Simplificado – PSS, para a contratação emergencial do cargo público que trata a presente lei.

Art. 7º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Mariópolis, em 05 de dezembro de 2025.

Mario Eduardo Lopes Paulek
Prefeito Municipal

